

FALA SERVIDOR

A REFORMA ADMINISTRATIVA EM PERGUNTAS E RESPOSTAS

Corte de servidores

Rubens Fraga Martins, de Brasília, pergunta:

1. Leio nos jornais que o governo pensa em reduzir o déficit público via corte na folha de pagamentos. Sou servidor público e já penso em requerer aposentadoria para não ser prejudicado, pois completei 30 anos de serviço.

2. Há sentido desvincular o salário mínimo dos vencimentos do servidor público?

Aluizio Alves, ministro-chefe da SEDAP, responde:

1. Se tem alguém no Governo pensando em reduzir o déficit público pela folha de pagamentos do funcionalismo, está cometendo uma grande leviandade. Os vencimentos da grande massa de servidores são tão irrisórios, no contexto dos gastos estatais, que se forem cortados hoje 100 mil funcionários, entre os chamados demissíveis, a economia seria de apenas Cz\$ 3 milhões ao ano, enquanto o Governo gastou em 86 cerca de Cz\$ 30 milhões só com subsídio ao trigo!

2. Não tem o menor sentido essa desvinculação, primeiro porque o acréscimo da folha seria insignificante – menos de 6%, na pior das hipóteses – e sobretudo porque é proibido pela Constituição e pela CLT qualquer trabalhador brasileiro receber o salário inferior ao mínimo. Hoje, somente 3% do funcionalismo, na administração direta e autarquias, recebem o salário mínimo atual. Mas não poderão jamais ficar aquém desse salário.

Privatização

Carlos Eduardo da Silveira, economista, celetista, pergunta:

1. A Comissão de Privatização instituída pelo Governo não tem



andado, talvez por força de resistência da própria máquina administrativa federal. O que o Ministro da Administração tem a dizer, ou a contribuir, para apressar esse reclamo?

2. Por que a reforma administrativa não reduziu o déficit público?

Aluizio Alves, ministro-chefe da SEDAP, responde:

1. Sou favorável à privatização de diversas atividades hoje exploradas pelo Governo, como forma de reduzir o gigantismo estatal. Acho sem sentido, por exemplo, o Governo vender gasolina em postos ou competir com os supermercados na venda de gêneros alimentícios. O esforço de privatização, porém, é lento pelo nível de desorganização da máquina administrativa que encontramos na Nova República. O caos estava imperando em todos os âmbitos. Para privatizar é preciso primeiro organizar, para saber quando, onde, como e para quem privatizar. Tenho, e já as apresentei, idéias para agilizar o processo de privatização de estatais deficitárias.

2. A reforma administrativa não foi feita para reduzir o déficit público, mas sim, a melhoria do serviço públi-

co. Se a reforma acabar por reduzir gastos, ótimo. É claro que vários órgãos têm uma estrutura pesada e cara, na administração direta. Mas a redução de seus gastos têm uma influência mínima na diminuição do déficit.

Excesso de quadros

Maria do Socorro Lopes dos Santos, estatutária, Ministério da Previdência Social, pergunta:

1. Há excesso ainda de gratificação?

2. Há excesso de funcionários na administração?

Aluizio Alves, ministro-chefe da SEDAP, responde:

1. A SEDAP está revendo o processo de gratificação concedida aos funcionários. Por lei, existem apenas 5 tipos de gratificação, mas na prática o que encontramos foi a concessão de 93 diferentes tipos.

2. É até hoje difundida a idéia de que há excesso de funcionários na administração. Mas não há. O que ocorre é que eles estão mal distribuídos. Comprovo o que afirmo com a recente medida de absorção de funcionários do BNH pela Caixa Econômica Federal, fato que foi amolamente criticado. Mas há poucos meses, o Congresso reduziu o horário dos funcionários da Caixa de oito para seis horas, igualando-os aos dos bancários. Além disso, também foi proibida a renovação de empréstimos da contratação de estagiários, que de 21 mil, passaram a ser 8 mil. Para continuar mantendo seu desempenho normal, a Caixa precisava de funcionários, daí o motivo de ter podido absorver sem ônus os funcionários do BNH.

Nota do Editor: as correspondências para esta seção são bem-vindas, mas desde que contenham o nome, o endereço, o cargo funcional e a seção dos leitores. A Revista actionará a cúpula da administração pública para dar as respostas adequadas.